

PUBLICITAÇÃO DE AJUSTE DIRECTO – ARTIGO 127.º DO CCP, APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 18/2008, DE 28 DE JANEIRO

Data do Registo

01-10-2014

Adjudicatário

- Nome: ECO CHOICE, S.A.
- Sede: Lisboa
- NIF: 508080991

Objeto do Contrato (descrição do tipo de contrato, das principais prestações que o caracterizam e do serviço/local específico em que se prestam/realizam ou a que se destinam)

Aquisição de serviços de consultoria em processos de gestão de serviços de TI

Entidades Convidadas

- Nome: ECO CHOICE, S.A.
- Sede: Algés
- NIF: 508080991
- Nome: COMPTA – EMERGING BUSINESS, S.A.
- Sede: Lisboa
- NIF: 509400825
- Nome: CONNECTING – PROJECTOS E CONSULTADORIA, Lda.
- Sede: Lisboa
- NIF: 504084011

Entidades reclamantes e/ou impugnantes

Preço Contratual (€) – [Preço total sem IVA]

12.400,00

Prazo de execução das principais prestações objeto do contrato (dias)

30

Adicionais ao Contrato

1.º Adicional

- Preço contratual sem IVA:

2.º Adicional



- Preço contratual sem IVA:

Local (Concelho) da execução das principais prestações objeto do contrato

Lisboa

Fundamentação da necessidade de recurso ao ajuste direto (obrigatório para valores iguais ou superiores a € 5 000)

A Assembleia da República não possui meios próprios de suprir a necessidade técnica descrita

No caso dos ajustes diretos: critério material de escolha do tipo de procedimento (se aplicável)

N/A